

# Protocolo com Clube de Paris 8861 INF GAZETA MERCANTIL ainda em julho

por Celso Pinto  
de São Paulo

O Brasil espera sair da reunião com seus credores oficiais, no próximo dia 28 de julho, em Paris, com um protocolo de acordo acertado, disse a este jornal o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega.

Pelo que prevê a minuta de acordo com os bancos privados (o "termsheet"), o acordo com os credores oficiais, no Clube de Paris, deverá abranger até junho de 1989. A existência de pelo menos um protocolo de acordo com o Clube de Paris é uma precondição para a liberação da segunda parcela de recursos pelos bancos privados, de US\$ 600 milhões, em 1º de dezembro.

O "term-sheet" com os bancos privados envolve os desembolsos de recursos numa teia de precondições a atender, tanto em relação ao Banco Mundial (BIRD) quanto com o Clube de Paris. O ministro considera, contudo, que existe grande dose de flexibilidade embutida nestas condições — e justifica sua adoção pelo exemplo de acordos anteriores firmados com países como México, Argentina e Filipinas e que incluíam a participação do BIRD.

Como esse acordo com os

bancos, ao contrário da praxe de acordos pós-82, não foi precedido por uma discussão da participação de agências oficiais e multilaterais no "pacote" de financiamento, essas vinculações servem, também, para comprometer credores não privados com o acordo brasileiro. O ministro argumenta que o acordo, na verdade, pressupõe que os recursos novos venham, neste ano, dos bancos privados, mas que tenham origem nas agências oficiais e multilaterais em 1989 — ainda que não especifique os valores.

Ele discorda das críticas que consideram irrisório o montante de US\$ 5,2 bilhões de recursos adicionais dos bancos privados previsto neste

(Continua na página 19)

O Ministério da Fazenda anunciou oficialmente, ontem, que o Brasil deverá sacar US\$ 1,3 bilhão de suas reservas cambiais para fazer frente ao pagamento dos juros relativos aos meses de junho, julho e agosto deste ano. No total deverão ser pagos US\$ 1,8 bilhão; os US\$ 500 milhões restantes deverão ser obtidos mediante um empréstimo-ponte.

(Ver página 19)

# Protocolo com Clube de Paris...

por Celso Pinto  
de São Paulo  
(Continuação da 1º página)

acordo. "A oposição critica porque o País se endividou e depois critica porque não se endividou ainda mais", reclama o ministro.

Muitos compararam o obtido agora com os termos pedidos no final do ano passado pelo então ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira. Nóbrega alega que a comparação não procede por duas razões: na época, discutiam-se US\$ 10,4 bilhões com os bancos mas para um acordo de três anos e não dois, como o atual; além disso, supunha-se, na época, que o País teria um saldo comercial na casa de US\$ 10 bilhões em 1987 e ele chegou a mais de US\$ 11 bilhões. "Por que se endividar adicionamente se não for necessário?", questiona o ministro.

Outras críticas ao atual acordo reclamam da pressão que a permissão de "reemprestimos" de recursos pelos próprios bancos credores a clientes públicos e privados exerce sobre a política monetária e na alocação de recursos

de forma geral. O ministro lembra que os bancos queriam, na realidade, inteira liberdade para representar o que quer que fosse e que o acordo fixou tetos estimados pelo Banco Central (BC) como adequados para permitir um controle monetário.

No caso dos reemprestimos ao setor privado o teto é de US\$ 100 milhões ao mês neste ano, US\$ 1,5 bilhão em 1989 e US\$ 1,55 bilhão em 1990. Para o setor público, o limite é a "rolagem" do principal mais os juros neste período. Uma exceção, contudo, é aberta no "term-sheet" para o setor público: o BC considerará numa base "caso a caso" o reemprestimo para "financiar custos locais".

O ministro assegura que a exceção não é tão ampla quanto a redação do acordo sugere. Ela foi feita, segundo Nóbrega, para atender ao interesse de um grupo pequeno de bancos cujos empréstimos ao setor público supõem contrapartidas em recursos locais. Seria um montante pequeno envolvido e uma exceção prevista também no acordo firmado com os bancos em 1986.